



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 566283 - DF (2020/0064810-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : ESEQUIEL SANTOS MOREIRA - DF007920
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
PACIENTE : DIEGO SOUSA GOMES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em favor de **DIEGO SOUSA GOMES**, no qual é apontada como autoridade coatora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 1 ano e 4 meses de prisão simples, em regime prisional semiaberto, como incurso nas sanções do art. 21, *caput*, do Decreto-lei n. 3.688/1941, c/c os arts. 61, I e II, "f", do Código Penal, e 5º, III, e 7º, I, da Lei n. 11.340/2006, tendo sido absolvido quanto ao delito de ameaça (CP, art. 147).

Irresignada, a Defesa apelou ao Colegiado de origem, que deu parcial provimento ao recurso, a fim de reduzir a pena a 1 ano e 14 dias de prisão simples, nos moldes da seguinte ementa:

"PENAL. PROCESSO PENAL. CONTRAVENÇÃO PENAL DE VIAS DE FATO CONTRA A MULHER. RECURSO DA DEFESA. ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. NEGADO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. AFASTAMENTO DA ANÁLISE NEGATIVA DA CONDUTA SOCIAL. POSSIBILIDADE. PENA PROVIDA PARCIALMENTE. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

1. Inviável a absolvição do recorrente, uma vez que tanto a autoria quanto a materialidade da contravenção penal, em tela, restaram demonstradas. O dolo, , restou evidente. Ademais, há provas in casu suficientes para se manter a condenação.
2. A incidência do crime sob o manto da Lei Maria da Penha deve ser mantida, uma vez que restou caracterizado que a contravenção penal de vias de fato foi perpetrada em desfavor da companheira do recorrente.
3. A análise negativa da conduta social deve ser afastada, seguindo o entendimento do STJ no sentido de que condenações transitadas em julgado, por fatos perpetrados, em data anterior ao delito em julgamento, somente podem ser utilizadas para a valoração negativa de antecedentes e reincidência.
4. Apelação da Defesa a que se dá parcial provimento" (e-STJ, fl. 32).

Neste *mandamus*, a Defensoria Pública sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, por considerar que o aumento da pena-base pela vetorial desabonadora deve ser limitado a 1/6.

Pugna, assim, pela concessão da ordem, a fim de que seja revista a reprimenda estabelecida ao ora paciente.

Sem pedido de liminar, a Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pela denegação da ordem (e-STJ, fls. 37-39).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Ainda, no que tange à dosimetria, a individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades. Destarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e dos parâmetros concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do *habeas corpus*, pois exigiriam revolvimento probatório.

Feitas tais considerações, passo à análise dos fundamentos do *writ*, de forma a aferir a eventual ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão da ordem de ofício.

Está inscrito no acórdão ora impugnado:

"[...] Hoje, porém, o STJ entende que condenações transitadas em julgado, somente poderão ser utilizadas, na primeira fase, para valorar negativamente os antecedentes do réu; bem como para a atenuante da reincidência, não se valendo para avaliar, em desfavor do réu, as circunstâncias judiciais relativas à conduta social e a personalidade do agente. Portanto, afasto a análise negativa da conduta social do recorrente, alterando a pena-base fixada em 1 (um) mês e 3 (três) dias de prisão simples, para 24 (vinte e quatro) dias de prisão simples" (e-STJ, fl. 31).

Com efeito, diante do silêncio do legislador, a jurisprudência e a doutrina passaram a reconhecer como critério ideal para individualização da reprimenda-base o aumento na fração de 1/8 por cada circunstância judicial negativamente valorada, a incidir sobre o intervalo de pena abstratamente estabelecido no preceito secundário do tipo penal incriminador. Deveras, tratando-se de patamar meramente norteador, que busca apenas garantir a segurança jurídica e a proporcionalidade do aumento da pena, é facultado ao juiz, no exercício de sua discricionariedade motivada, adotar *quantum* de incremento diverso diante das peculiaridades do caso concreto e do maior desvalor do agir do réu. 3

No caso, considerando a pena mínima e a máxima estabelecida para a contravenção penal de vias de fato, deve ser considerando proporcional o incremento de pena-base em 9 dias, sem que se possa vislumbrar excesso a ser sanado mediante a concessão de ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do *writ*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator